

Canclini, Néstor García; Brizuela, Juan Ignacio; Melo, Sharine Machado C. & Matadamas, Mariana Martínez (2022).
Emergências culturais: instituições, criadores e comunidades no Brasil e no México. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/
Editora da Universidade de São Paulo.

Geslline Giovana Braga
Professora Visitante do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social/
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
<https://orcid.org/0000-0002-1618-6239>
geslline@gmail.com

O livro “Emergências culturais: instituições, criadores e comunidades no Brasil e no México”, publicado pela Edusp, em 2022, é resultado dos trabalhos da cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência da USP – Universidade de São Paulo, para o quinquênio de 2020. Com organização do catedrático Néstor Garcia Canclini, o livro é composto de uma apresentação e uma introdução do próprio catedrático, três capítulos dos pesquisadores Juan Ignacio Brizuela, Sharine Machado C. Melo e Mariana Martinez Matadamas, e um epílogo com entrevistas dos participantes.

Como costumam fazer os textos sobre políticas culturais, o livro retoma a história das ações institucionais para cultura de cada governo no Brasil e México, com pinceladas sobre a América Latina. Tais discussões são atualizadas com os autores imersos na pandemia de Covid-19. Canclini anuncia um livro sobre “tensões e incertezas”, com pesquisas realizadas sob a emergência epidemiológica. E, por que não, epistemológica? Pode-se ousar caracterizar este como um livro de perguntas. Não espere respostas.

Os autores destacam os processos de aceleração do uso das tecnologias na pandemia e nas próprias pesquisas, que em parte se deram *on-line*. Com entrevistas por aplicativos de reuniões e com o acompanhamento das mobilizações para aprovação e execução da Lei Aldir Blanc no Brasil, nos anos de 2020 e 2021 principalmente, que aconteceram em reuniões virtuais, redes sociais e grupos de WhatsApp.

A pandemia de Covid-19 impactou os rumos das pesquisas deste volume, obrigando os próprios pesquisadores a ajustarem seus métodos às redes. E, por outro lado, o vírus ofereceu aos pesquisadores a rara oportunidade de observar mudanças e transformações no momento exato em que elas aconteceram. Como sugeriu o antropólogo Claude Lévi-Strauss, no livro “O suplício do Papai-Noel”: “é mais fácil e ao mesmo tempo mais difícil estudar fatos que se desenrolam sob nossos olhos, tendo como palco nossa própria sociedade” (2008, p.14).

No Brasil, os pesquisadores viram girar pela primeira vez o Sistema Nacional de Cultura (SNC¹) - como idealizado por emenda constitucional em 2012 - porém, no governo improvável de Jair Bolsonaro. Até 2021, segundo Sharine, em meio ao isolamento social e suspensão de atividades em espaços culturais, 100% dos estados e 75% dos municípios brasileiros tinham aderido ao SNC (2022, p. 91). O texto da autora traz muitos dados e tabelas comparativas sobre as últimas décadas.

A definição de cultura usada pelo catedrático e seus jovens pesquisadores como “conjunto de práticas simbólicas ancoradas no social e no econômico, no qual elaboramos o sentido da vida em comum” (2022, p.34), justifica porque o campo de investigação se voltou para as instituições culturais, como para seus suportes sociopolíticos, territoriais e tecnológicos. As três pesquisas foram enredadas com instituições, comunidades e criadores.

“Emergências Culturais” é um daqueles livros, em que se pode recomendar iniciar a leitura pelo epílogo. Com o título “Brasil e México: olhares recíprocos”, nesta parte final do livro, o catedrático entrevista seus “jovens pesquisadores²”. Diante das respostas, podemos conhecer pouco mais dos escritores e saber de onde partiram para suas pesquisas. Como já mencionado, ao longo do livro são apresentadas muitas questões. A pergunta síntese está no epílogo: “O que mudou no que cada um de nós pensava sobre seus temas de pesquisa e

1 O SNC prevê repasse de fundo a fundo do governo federal para estados e municípios, que tenham obrigatoriamente fundo, plano e conselho de cultura.

2 A cátedra Olavo Setúbal está inserida no programa “Redes Globais de Jovens Pesquisadores”, que tem como foco projetos interdisciplinares para jovens pesquisadores com até 40 anos. O que parece uma incoerência etarista para os dias atuais no Brasil, principalmente depois do Governo Bolsonaro, quando muitos doutores de todas as faixas etárias estão sem colocação nas universidades, sem oportunidades em instituições privadas e precarizados.

sobre a relação com as instituições culturais?” (2022, p.214). Sharine Mello, que é doutora em comunicação pela PUC-SP e gestora da Funarte, responde:

A principal mudança que anotei aqui entre o que eu pensava antes da pesquisa e o que fui aprendendo ao longo da investigação foi sobre a relação entre os movimentos sociais, a sociedade civil e o Estado. Eu já tinha uma intuição de que os movimentos sociais são muito importantes para elaboração das políticas-públicas, e já tínhamos alguns exemplos de São Paulo - que são diferentes da Lei Aldir Blanc -, como uma lei para o teatro que foi feita com base na articulação social. Mas eu acho que isso se aprofundou muito mais com a investigação. Fiquei impressionada com o fato de os participantes, as pessoas que eu entrevistei, terem um conhecimento muito aprofundado sobre as políticas culturais, as políticas públicas brasileiras, e com a maneira como estão engajados de fato. Eles têm também um conhecimento muito qualificado para o debate público e com a sociedade civil. Isso aprofundou muito minha investigação. Também acho que o foco mudou completamente ao longo da pesquisa. No início, talvez pelo meu próprio trabalho na Funarte, eu pensava muito nas linguagens artísticas: teatro, artes visuais, música, cinema, circo. Com a pesquisa, eu tive uma visão muito mais ampla da cultura em geral, que engloba também toda a cultura indígena, a cultura quilombola, a cultura popular, as manifestações populares brasileiras e principalmente a cultura dos interiores do Brasil e das periferias. Isso mudou completamente minha visão. Também porque eu trabalho no centro de São Paulo e, nas entrevistas, consegui falar com o pessoal do interior do Maranhão, por exemplo, ou da Bahia, que tem uma percepção diferente da que eu tenho do Brasil, trabalhando em um órgão federal e no centro de São Paulo. Acho que foi isso, principalmente (2022, p.217).

Tal resposta nos conduz à constatação de Mariana Matadamas e Néstor García Canclini, no capítulo “México: instituições, monumentos e movimentos”: a ausência de pesquisas sistemáticas e contínuas sobre desenvolvimento cultural na América Latina são um problema estrutural, assim como as concepções do senso comum na gestão cultural. Não se trata mais de uma distinção sobre o que outrora se chamou - mal e erroneamente - de “alta e baixa cultura” e, sim uma falta de percepção sobre o “outro” fora dos circuitos das artes no eixo Rio-São Paulo - mesmo cinquenta anos depois da Convenção da Unesco de 1972³ e vinte anos depois da promessa de Gilberto Gil de “dar um *Do-in* antropológico no conceito de cultura⁴”.

3 A Convenção da Unesco de 1972, embasada no discurso “Raça e História”, do antropólogo Claude Lévi-Strauss, já sugeria a noção de valorização da diversidade cultural.

4 Quando assumiu o Ministério da Cultura, na primeira presidência de Lula, em 2003, em seu discurso de posse, o ministro Gilberto Gil prometeu dar um *do-in* antropológico no sentido de cultura em seu ministério. *Do-in* é uma técnica chinesa, que com a pressão dos dedos em determinados pontos do corpo promete ativar energias bloqueadas. Com tal analogia, Gil - há mais de 20 anos - sugeria valorizar

A resposta de Machado, também assinala a diferença das políticas culturais no Brasil com relação ao México. Desde a Revolução Mexicana de 1912, o país centrou sua política cultural nos museus históricos e etnográficos, ao contrário do Brasil. O IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus – foi criado apenas em janeiro de 2009. O DPI – Departamento de Patrimônio Imaterial - foi criado só em 2000, como parte da estrutura do Iphan, já septuagenário à época. Em seu capítulo, Brizuela cita, mais de uma vez, a “noção de pedra e cal” no Iphan, como política “sedimentada por governos autoritários” (...), “que reproduzia perspectivas mais elitistas e restritivas do campo cultural” (2022, p.123), centrada na preservação do patrimônio material, das casas coloniais, do exército, do estado e da igreja.

A grande conclusão da obra conjunta é que as políticas para cultura quando participativas são um processo formativo, de aquisição de repertórios para os fazedores de cultura, “criadores ou comunidades culturais”. No decorrer do livro fica evidente como a política participativa para a cultura retroalimenta-se, porquê ensina e alfabetiza em seus conceitos, enquanto acontece. Como mostram os textos de Machado e Brizuela, desde 2002, as tentativas de consolidação do SNC - com as conferências de cultura, o programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura - ensinaram os vocabulários institucionais e legais do governo federal à conselheiros, conferencistas e “ponteiros” dos pontos de cultura (presentes em 1.258 cidades em 2014, segundo os dados de Brizuela).

Os pesquisadores mostram em seus trabalhos como viram durante a pandemia, criadores e comunidades culturais usarem estes repertórios acumulados na participação social e na luta por direitos, com a aprovação da Lei Aldir Blanc e da Lei Paulo Gustavo. A munição usada contra o Governo Bolsonaro, “pandemônio” conforme Brizuela (2022, p.150), claramente um inimigo da classe artística e das populações indígenas e afro-brasileiras, foi acumulada nos anos anteriores de participação social. Não por acaso, para celebrar os seus 100 dias, o governo de Jair Bolsonaro extinguiu com o Decreto N.9.759 a política de participação social no Brasil e, com esta, acabou com dezenas de conselhos e instâncias partilhadas da cultura. Ao que parece, a extrema direita sabe do poder destes processos compartilhados.

De acordo com Sharine Machado, a mobilização popular rearticulada e fomentada com a pandemia operou como uma “onda luminosa”⁵, que vinha sendo capitaneada

não só as áreas artísticas da cultura.

5 O capítulo de Sharine Machado é chamado “Pela onda luminosa: a articulação em rede a favor da lei Aldir Blanc nas políticas culturais brasileiras” faz referência à letra: “De jangada leva uma eternidade, de saveiro leva uma encarnação, pela onda luminosa, leva um tempo de um raio”, “Parabolicamará”, Gilberto Gil.

conjuntamente entre sociedade civil e instituições há duas décadas, ao menos⁶, numa jangada. O dado importante, nestas análises, é que o enxoval discursivo ganho não foi perdido, foi usado oportunamente, mesmo com a descontinuidade imposta ao Ministério da Cultura e suas principais políticas de participação social, desde o golpe parlamentar de 2016. Foram “Ruínas-sementes” (2022, p.73), segundo Sharine.

No México, porém, um outro arranjo deu-se, segundo Mariana Matadamas e Canclini. As políticas culturais tinham como semente a identidade cultural local - regadas nos museus, na cultura popular e no Fonca (Fondo Nacional de Cultura para “criadores”) -, e foram descontinuadas com as ruínas da “mundialização” e no lapso de uma geração para outra, que deixou de ver como relevante a institucionalização da cultura e o fomento direto, enquanto artistas mais velhos padeciam sem aposentadorias e sem as bolsas de produção, que garantiam suas sobrevivências (2022, p.207). No México, movimentos contemporâneos, como o “antimonumentos”, questionam o poder do estado realizar “políticas da memória” eficazes. Ao que parece a política cultural mexicana enfatizou por demais o simbólico, uma identidade “pré-colombiana”, esquecendo que indígenas e “mestiços” nunca deixaram de produzir cultura, ou seja olharam para o passado sem projetar o futuro.

A recorrência com que a noção do “simbólico” surge ao longo do livro como resposta, nos orienta ao entendimento de que esta dimensão não pode ser dissociada da ação eficaz, “da comida no prato”⁷, só assim as políticas públicas para cultura se realizam, são reparadoras e garantem direitos para o futuro.

As conclusões das pesquisas apontam para o surgimento de outras formas de organização, mais ou menos autônomas com relação ao estado. Quase institucionalizadas. Sempre derivadas de uma política pública participativa. O que leva a certa valorização das políticas públicas como educativas na luta por direitos. As críticas ao estado criam outras formas de organização da sociedade civil, em busca de sustentabilidade nas políticas públicas e por outros arranjos em constante criação. Criadores e comunidades culturais sabem, mais do que nunca, ser o Estado vacilante em sua trajetória ao sabor dos governos e crises.

Canclini inicia seu texto introdutório anunciando a “emergência” da interrelação entre comunidades, criadores e instituições. Emergências crescentes potencializadas com a pandemia. O livro, foi lançado em 2022, quando ainda temia-se o restabelecimento

6 Se considerarmos apenas as atividades iniciadas no Governo Lula. Porém, estados do Nordeste, como a Bahia e o Rio Grande do Norte têm conselhos de cultura desde os anos 1960.

7 “Vacina no braço e comida no prato”, foi um jargão utilizado entre os militantes da cultura durante a pandemia.

da vida social plena pós-pandemia (e pandemônio) e duvidava-se das cambaleantes instituições.

Lemos no livro, o quanto o Corona vírus acelerou processos enquanto vigente. E como leitores no tempo presente sabemos de certos desfechos, que os escritores ainda desconheciam. No caso do Brasil, em particular, o ano de 2023 começou com Luís Inácio Lula da Silva subindo a rampa do Planalto, ao lado de uma pessoa com deficiência e afro-indígenas. O primeiro ano do governo Lula III marcou à volta das políticas públicas participativas para cultura. E a IV Conferência de Cultura, realizada em março de 2024, demonstrou que as instituições estão de volta apesar do lapso, criadores e comunidades culturais seguem. Ou seja, a pergunta de Canclini sobre como refazer as instituições parece parcialmente estar respondida. A manutenção da democracia e a participação social trazem “as coisas de volta à vida⁸” num mundo não tão novo pós-pandemia. O catedrático Canclini e seus jovens pesquisadores não deixam dúvidas: o apreendido na participação social com as políticas culturais é acumulativo, realiza-se na ação, não só no simbólico. “Não vivemos do aplauso⁹”, como dizem os mexicanos.

Referências

Canclini, Néstor García; Brizuela, Juan Ignacio; Melo, Sharine Machado C. & Matadamas, Mariana Martínez (2022). *Emergências culturais: instituições, criadores e comunidades no Brasil e no México*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados/Editora da Universidade de São Paulo.

Lévi-Strauss, Claude (2008). *O suplício do Papai-Noel*. São Paulo: Cosac Naify.

Ingold, Tim (2012). Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, 18(37), pp. 25-44.

Recebido em 16 de abril de 2024.

Aceito em 10 de março de 2025.

8 Em referência ao texto de Tim Ingold, que leva este nome.

9 Movimento de artistas do México que apresentaram queixa à Comissão Nacional do Direitos Humanos por violações à constituição mexicana, em função de cortes orçamentários que precarizam os trabalhadores da cultura (2022, p.192).